

**ATA**

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereadora Alexandra Gesta – Disse querer reforçar a mensagem transmitida na última reunião de Câmara sobre a aplicação de novas regras no cálculo das rendas das habitações do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, referindo que os moradores têm absoluta consciência que a responsabilidade por esta situação é do Governo e não da Autarquia não deixando, porém, por uma questão de proximidade, de pedir apoio junto da Câmara Municipal. -----

2 – Vereador José Torcato Ribeiro – Perguntou se já havia algum resultado da medida adotada de redução de custos com a energia elétrica, por forma a perceber se a poupança verificada justifica a medida tomada. -----

3 – Vereador José Manuel Antunes – Sobre o Relatório e Contas da VIMÁGUA de 2012 e a propósito da construção e instalação na Estação de Tratamento de Água de Prazins Santa

Eufémia de tecnologia de ultrafiltração no tratamento de água, disse que gostaria de consultar o estudo de tratabilidade da água elaborado pelo Laboratório de Engenharia Sanitária da Universidade do Porto.-----

4 – Vereador André Coelho Lima – Quis saber qual era a estratégia que estava a ser seguida para ocupação das lojas existentes na Plataforma das Artes. -----

5 – Vereadora Francisca Abreu – Sobre a intervenção do Vereador André Coelho Lima disse que algumas lojas da Plataforma das Artes estão ocupadas com os “Laboratórios Emergentes” resultantes de um projeto da Capital Europeia da Cultura 2012. Disse, ainda, que as restantes lojas ainda não estão ocupadas pois a sua gestão foi delegada pela Câmara Municipal na Cooperativa A Oficina através de um Protocolo de Colaboração que ainda não foi visado pelo Tribunal de Contas, pelo que só após a obtenção do respetivo visto é que poderá ser lançado o concurso para a sua ocupação. -----

6 - Presidente da Câmara – a) - Sobre a intervenção da Vereadora Alexandra Gesta disse que, na parte correspondente às informações que presta à Câmara Municipal, iria dar conhecimento de um documento que se prende com as consequências das alterações propostas no âmbito da aplicação das regras do cálculo das rendas das habitações sociais; **b)** – Sobre a intervenção do Vereador José Torcato Ribeiro, disse que não tinha, de momento, os dados referentes à diminuição dos custos com os cortes na iluminação pública, pelo que, oportunamente, daria a conhecer esses elementos; **c)** – Sobre a intervenção do Vereador José Manuel Antunes, disse que o referido estudo já tinha sido dado a conhecer publicamente, mas que iria providenciar no sentido de facultar a informação pertinente. -----

**-----INFORMAÇÕES-----**

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Do ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses dando conhecimento que se encontra disponível no seu sítio na Internet um quadro informativo que elenca as dívidas dos Ministérios da Educação e da Ciência e da Solidariedade e Segurança Social aos Municípios até ao passado dia 1 de janeiro, ascendendo a um total próximo dos 45 milhões de euros, sendo que o atraso na regularização daquela dívida torna a situação dramática e insustentável em muitos Municípios; **2** - De terem sido entregues, no passado dia 15 de abril, as chaves de 10 habitações sociais sob a gestão da CASFIG, aos respetivos agregados familiares. **3** – Dos requerimentos dos Grupos Parlamentares do Partido Socialista e do Partido Comunista Português sobre a Extensão do Museu Alberto Sampaio; **4** – Da carta enviada à Diretora Regional do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (Delegação do Porto) sobre a atualização do valor das rendas a pagar pelos inquilinos dos bairros sociais daquele Instituto localizados no Município de Guimarães; **5** – Da reabertura ao trânsito, ainda no dia de hoje, da Variante Guimarães/Fafe na sequência do escorregamento de talude verificado em Mesão Frio. -----

-----ORDEM DO DIA -----**-----INFORMAÇÕES -----**

I – Da informação da Chefe de Divisão de Ação Social dando conhecimento da lista dos subsídios atribuídos no ano de 2012 a pessoas carenciadas, nos termos e para os efeitos previstos no art.º 28º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas; **II** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 19 de fevereiro de 2013, que

concordou com a seguinte informação do Departamento Financeiro: "**Aditamento à Informação de Análise de Ajuste Direto 31-12 - Fornecimento de Refeições em 5 Refeitórios Escolares – Ano Civil 2013** - Ao abrigo do disposto do n.º 1 do art. 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, diploma que aprovou a Lei do Orçamento de Estado para 2012, em vigor à data da abertura do procedimento e atualmente prevista no art. 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi aplicada a redução remuneratória ao preço contratual de 173.910,00€, acrescido de IVA à taxa legal (23%), de acordo com o seguinte quadro: -----

DESIGNAÇÃO DO CONCORRENTE	PREÇO CONTRATUAL	TAXA DE REDUÇÃO	PREÇO CONTRATUAL FINAL
ITAU – Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A.	173.910,00€	10%	156.519,00€

Aos valores acima indicados acresce IVA à taxa legal em vigor (23%)

No entanto e de acordo com a informação anexa, NIPG: 11661/13, o preço contratual deste procedimento mantém-se em 173.910,00€ + IVA (23%)."; **III** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 27 de fevereiro de 2013, que concordou com a seguinte informação do Departamento Financeiro: "Submete-se para aprovação superior o caderno de encargos em anexo e a abertura do presente procedimento, nos seguintes termos: **Objeto:** Aquisição de Bens - equipamento/mobiliário para a Plataforma das Artes e da Criatividade; **Preço base:** 152.970,00€ + I.V.A. (23%), sendo: - Lote 1: Equipamento audiovisual: 59.000,00€; - Lote 2: Equipamento de manutenção/montagens: 8.067,00€; - Lote 3: Material para equipamentos pesados: 59.000,00€; - Lote 4: Equipamento de medição/controlo/conservação: 3.560,00€; - Lote 5: Material para montagens e manutenção: 18.360,00€; - Lote 6: Material de embalagem e acondicionamento de obras: 4.983,00€.



Classificações económicas: 07011002, 070115, 070111, 020121, 020117, 020114, 020107, 020121 e 020104; **Plano:** 1.1.1.02; **Procedimento:** Propõe-se a adoção do ajuste direto, ao abrigo do critério material previsto na alínea a), n.º 1, artigo 24.º do CCP, de acordo com o fundamentado no relatório final do Concurso Público 3/12, em anexo. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães; **Fornecedores a consultar:** **Lote 1** - LUZ E SOM; LIGHT SET; ESPRINET IBÉRICA; VIMUSICA. **Lote 2** - EQUIPLEVA - EQUIPAMENTOS DE ELEVAÇÃO E TRANSPORTE, LDA; TRANSPOREL; MANUTAN - Manutan Portugal. **Lote 3** - MARJOS - Equipamentos Industriais, S.A.; EMPIGEST - Comércio e Serviços de Máquinas Industriais, Lda; LUSAVOUGA, SA; Novodinâmica S.L.U. **Lote 4** - ITISE; CAUPEL; VIGIE SOLUTIONS. **Lote 5** - WURT; OXIGUIMA. **Lote 6** - ALMEIDA E NEVES; PLÁSTICOS DUARTE ANDRADE LDA; VIEIRA, BORGES & MOREIRA LDA. **Júri: Efetivos: Presidente** - Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro; **Vogais:** - Sónia Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Projetos Financeiros; - José Filipe Tavares Fontes, Diretor do Departamento de Projetos e Planeamento Urbanístico. **Vogais Suplentes:** - Artur Corte Real, Chefe da Divisão de Estudos e Projetos; - Carla Castro, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efetiva Sónia Gonçalves. **Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados no Júri do concurso.”; IV** - Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 11 de março de 2013, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Reabilitação da Ponte de Talhões sobre o Rio Ave – Souto Santa Maria e Souto S. Salvador, submete-se à

consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €207.678,25 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.12 do Plano Plurianual de Investimentos. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro e alterações posteriores) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €207.678,25 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 120 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos: a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: José Filipe Tavares de Fontes – Diretor do Departamento de Projetos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Diretor do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Diretora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Mais se propõe que a competência para prestar esclarecimentos



no âmbito do presente procedimento, nos termos previstos no artº 50º do CCP, seja delegado no júri do procedimento, ao abrigo do supra referido art.º 109º do mesmo código.”; **V** - Do mapa das aquisições de serviços relativas ao mês de fevereiro, dando cumprimento ao despacho do Presidente da Câmara, datado de 26 de fevereiro de 2013, na sequência da deliberação de Câmara de 21 do mesmo mês de fevereiro, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; **VI** - Do mapa das aquisições de serviços relativas ao mês de março, dando cumprimento ao despacho do Presidente da Câmara, datado de 26 de fevereiro de 2013, na sequência da deliberação de Câmara de 21 do mesmo mês de fevereiro, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; **VII** – Do ofício da Cooperativa Tempo Livre remetendo, para conhecimento, o Relatório de Atividades e Conta de Gerência referente ao exercício de 2012, aprovado por unanimidade na Assembleia Geral de Cooperadores realizada no passado dia 26 de março, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; **VIII** – Do ofício da Cooperativa Turipenha remetendo, para conhecimento, o relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2012, aprovado em Assembleia Geral de Cooperadores no passado dia 28 de março, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; **IX** – Do ofício da Cooperativa A Oficina remetendo, para conhecimento, o Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2012, aprovado em Assembleia Geral no passado dia 28 de março, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; **X** – Do ofício da VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM SA remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas de 2012, aprovado em Assembleia Geral realizada no

passado dia 28 de março, acompanhado da respectiva Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 4 DE ABRIL DE 2013.

Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Absteve-se a Vereadora Francisca Abreu, por não ter estado presente na reunião. -----

CÂMARA – PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

– Presente a seguinte proposta: “Recolhidas e reunidas a medidas apresentadas pelos responsáveis das unidades orgânicas, encontra-se concluída a proposta de renovação, desenvolvimento e consolidação, no corrente ano de 2013, do **PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS**, que se apresenta em anexo para aprovação do órgão executivo (**Anexo 1**). Igualmente se apresenta, para conhecimento, o **Relatório Anual de Acompanhamento do Plano de 2012 (Anexo 2)**, elaborado pela equipa de controlo e de acompanhamento designada por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Guimarães datado de 25 de maio de 2012, que contém a análise das medidas definidas naquele plano, sua concretização e respetivos resultados. Salienta-se o progressivo amadurecimento da organização em matéria de gestão do risco, com identificação cada vez mais clara das medidas preventivas, quer daquelas que evitam o risco, eliminando a sua causa, quer daquelas que o previnem,



minimizando a probabilidade da sua ocorrência ou do seu impacto.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTOS – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Presente a seguinte proposta: “Por força das novas

regras decorrentes do Licenciamento Zero torna-se necessário adaptar o Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços aprovado, em reunião da Assembleia Municipal de 1 de Julho de 2011, designadamente no que respeita ao mecanismo de definição inicial do horário do estabelecimento ou da sua posterior alteração, desde logo na parte processual e documental necessária para o efeito. Na verdade, até agora iniciava-se uma fase de solicitação de horário com procedimentos definidos, e uma decisão a cargo da Câmara, de acordo com a Lei e Regulamento aplicáveis. Com a entrada em vigor das regras decorrentes do licenciamento Zero passa a adopção do horário a ser simplesmente comunicada à Câmara pelo titular do estabelecimento. Assim sendo, importa articular este novo regime com aquele que regulamenta o ruído designadamente com proteção do direito ao sossego e ao repouso a que têm direito aqueles que vivem nos mesmos edifícios onde se exploram estes estabelecimentos ou nas zonas envolventes. Assim, determina-se os casos em que a abertura dos estabelecimentos pode ocorrer antes das 8 horas e o encerramento pode ser posterior às 22 horas. Torna-se oportuno, de igual modo, proceder a uma nova delimitação da área abrangida pelo art.º 5º do referido

Regulamento, o qual estabelece um horário específico de funcionamento para os estabelecimentos situados na área classificada como Património Cultural da Humanidade. Na verdade, a experiência tem demonstrado que um alargamento excessivo da área inicialmente abrangida por este regime especial pode criar forte perturbação noturna em zonas densamente povoadas, criando conflitos graves com os moradores, quando é certo que, com aquela área inicial há já uma oferta muito significativa de estabelecimentos, em grande número e numa área suficientemente extensa face à dimensão da cidade. Por outro lado, e continuando a remeter-se para o conceito de área Classificada, como sucede, significa que de futuro, sendo alargada a área classificada automaticamente se alarga este regime especial de horário, o que não tem uma justificação plausível. Acresce que não há nenhum obstáculo a que um estabelecimento concreto beneficie do mesmo horário atribuído à Zona classificada se estiverem verificados os pressupostos exigidos para a restante área urbana, bem como para as restantes freguesias do concelho. Foram ouvidas as associações empresariais, as autoridades policiais e as juntas de Freguesia com vista a auscultar as suas posições quanto às soluções apontadas. Alterações propostas ao Regulamento: A redação do **n.º 2** do **art.º 4º** passa a ser a seguinte: Sempre que se pretenda adotar horário de abertura antes das 8 horas e/ou encerramento após as 22 horas é necessário: a) Parecer favorável da Junta de freguesia e autoridade policial territorialmente competente; b) Documento que demonstre a não oposição do morador ou moradores, caso o estabelecimento se situe em edifício com habitação. O **art.º 5º** passa a denominar-se "Zonas Específicas" e a ter a seguinte redação: Pode ser adotado pelos estabelecimentos pertencentes



ao Grupos II, III e IV o horário de encerramento previsto nas alíneas a) e b) do presente artigo, com dispensa dos documentos previstos nas alíneas a) e b) do art.º 4º n.º 2, quando situados nos seguintes locais:- Praça da Oliveira, Praça de Santiago, Rua da Rainha, Largo João Franco, Largo da Misericórdia, Rua João de Melo, Rua Gravador Molarinho no segmento compreendido entre a Rua da Rainha e a Praça de Santiago, e Rua de Santa Maria no segmento compreendido entre a Igreja da Oliveira e a Praça do Município; a) Até às 24 horas aos domingos, segundas-feiras e terças-feiras; b) Até às 2 horas às quartas-feiras, quintas-feiras, sextas-feiras, sábados e vésperas de feriado. A disposição transitória constante do **art.º 8º** passa a ter a seguinte redação: 1 -O presente Regulamento não prejudica os horários fixados antes da sua entrada em vigor, sem prejuízo da possibilidade dos mesmos serem restringidos ou alargados nos termos do disposto no art.º 6º n.º 1. 2- Sempre que um estabelecimento esteja encerrado por mais de 6 meses, o horário a praticar em caso de reabertura está sujeito ao cumprimento dos novos requisitos previstos neste regulamento.” O Projeto de Alteração do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Neste ponto é-nos pedido que nos pronunciemos acerca das alterações a realizar no Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços, alterações essas advindas da adaptação necessária às regras

decorrentes do Licenciamento Zero. Nessa conformidade, entendem os vereadores do PSD que não está em causa uma discussão acerca do regulamento em causa, mas apenas a sua adaptação ao regime do Licenciamento Zero. E essa adaptação, concretizada na alteração ao nº 2 do artigo 4º, ao artigo 5º e ao artigo 8º, merece genericamente a nossa concordância. Concordamos nomeadamente com a alteração proposta ao artigo 5º, que limita o conceito mais alargado até aqui existente de "Zona Classificada como Património Cultural da Humanidade", apenas para artérias concretas e determinadas do Centro Histórico, não estendendo a toda a sua extensão este benefício automático." -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÕES RELATIVAS AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2013 PARA RATIFICAÇÃO - Presente, para ratificação, as aquisições de serviços relativas ao mês de fevereiro que ainda não se encontravam abrangidas pelo parecer prévio genérico favorável, aprovado por deliberação de Câmara de 21 de fevereiro de 2013. O mapa com as aquisições de serviços dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÕES RELATIVAS AO MÊS DE MARÇO DE 2013 PARA RATIFICAÇÃO - Presente, para ratificação, as aquisições de serviços relativas ao mês de março que ainda não se encontravam abrangidas pelo parecer prévio genérico favorável, aprovado por deliberação de Câmara de 21 de fevereiro de 2013. O mapa com as aquisições de serviços dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----



PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – ASSISTÊNCIA JURÍDICA – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE MOREIRA DE CÓNEGOS E CENTRO ESCOLAR DE RONFE – Presente a seguinte informação: “**1. Objeto:** Aquisição de serviços de consultoria jurídica para representação judicial do Município de Guimarães, no âmbito dos processos n.º 1936/11.9BEBRG e 1936/11.9BEBRG-A (providência cautelar), cuja Autora é a empresa **CONSTRUÇÕES GABRIEL A.S.COUTO,S.A. (e outros)**, e que se encontra a correr termos na 1.ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, relativo à “**EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE MOREIRA CÓNEGOS E CENTRO ESCOLAR DE RONFE**”. **2. Considerandos:** O Município de Guimarães foi demandado nos processos supra- identificados, processos nos quais é necessário representar o Município através do patrocínio jurídico de um advogado. Estas ações judiciais vêm na sequência dos esclarecimentos apresentados após solicitação pelos interessados, nomeadamente pela empresa **CONSTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, SA**, no âmbito da fase de candidaturas do procedimento de concurso público relativo à empreitada acima identificada. Tais esclarecimentos foram apreciados pelo respetivo Júri do Concurso, e aprovados pela Câmara Municipal em 22 de dezembro de 2011, tendo sido solicitado aconselhamento jurídico à Sociedade de Advogados “Coelho e Ribeiro Associados”, em conformidade com os antecedentes, documentos e troca de correspondência constantes do processo. Face a estes antecedentes e à obrigatoriedade de constituição de advogado e tendo em conta o prazo para apresentar a respetiva contestação, foi necessário contactar com urgência um advogado, tendo sido entendido que a Sociedade de Advogados “COELHO RIBEIRO E

ASSOCIADOS-SOCIEDADE CIVIL DE ADVOGADOS,R.L.” seria indicada para representar o Município neste processo, tendo em conta a manifesta urgência verificada, considerando os prazos de dedução de oposição e de contestação. Não foi consultado o Departamento de Recursos Humanos, tendo em conta que nenhum técnico jurista que ocupa posto de trabalho no mapa de pessoal pode exercer Advocacia. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo n.ºs 4 e 10 do art.º 75.º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro (LOE 2013), a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a assessoria jurídica para representação judicial do Município de Guimarães, no âmbito dos processos n.º 1936/11.9BEBRG e 1936/11.9BEBRG-A (providência cautelar), cuja Autora é a empresa **CONSTRUÇÕES GABRIEL A.S.COUTO, SA (e outros)**, e que se encontra a correr termos na 1.ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, relativo à **“EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE MOREIRA CÓNEGOS E CENTRO ESCOLAR DE RONFE”**; b) A despesa estima-se em 5.000,00€, à qual acrescerá IVA à taxa legalmente em vigor; c) Esta despesa encontra-se cativada previamente, conforme documento da Divisão de Contabilidade, em anexo; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Direto, ao abrigo da alínea e), do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos, contratando-se, para o efeito, a Sociedade de Advogados “COELHO RIBEIRO E ASSOCIADOS-SOCIEDADE CIVIL DE ADVOGADOS,R.L.”, tendo em conta a manifesta urgência



verificada, considerando o prazo de dedução de contestação; e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que será aplicada a redução remuneratória de 10%, prevista no 27º da LOE 2013, por remissão do art.º 75.º do mesmo diploma legal, o que implicará uma redução máxima no valor de 500,00€, e uma despesa final máxima de 4.500,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.**

Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Na reunião de 27.10.2011 veio a reunião de Câmara uma proposta, que veio a ser aprovada por unanimidade, para a celebração de uma relação de avença para prestação de serviços jurídicos ao Município de Guimarães, pela sociedade vimaranense GAMA LOBO XAVIER, LUÍS TEIXEIRA E MELO – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, R.L. Sociedade de advogados que aliás vem mantendo o acompanhamento dos assuntos jurídicos do Município, já de há vários anos a esta parte. Os vereadores do PSD têm votado sucessivamente contra pagamentos de serviços pontuais prestados por outros advogados e/ou sociedades de advogados conquanto o contrato de avença em vigor cubra o âmbito de representação assegurado por esse serviço pontual. E sobretudo, por nada nos ser apresentado, nos diversos textos das diversas deliberações que aqui temos votado, que fundamente a excecionalidade das propostas de deliberação, que apresente as razões de natureza excecional que pudessem justificar ou ter justificado esta contratação fora do âmbito da relação de avença

instituída. Ora, isso não é o que sucede neste ponto. Uma vez que nos "considerandos" se diz que "*Estas ações judiciais vêm na sequência dos esclarecimentos apresentados após solicitação pelos interessados, nomeadamente pela empresa **CONSTRUÇÕES GABRIEL A.S.COUTO, SA**, no âmbito da fase de candidaturas do procedimento de concurso público relativo à empreitada acima identificada. Tais esclarecimentos foram apreciados pelo respetivo Júri do Concurso, e aprovados pela Câmara Municipal em 22 de dezembro de 2011, tendo sido solicitado aconselhamento jurídico à Sociedade de Advogados "Coelho e Ribeiro Associados", em conformidade com os antecedentes, documentos e troca de correspondência constantes do processo.*" No entanto, apesar da fundamentação (até aqui inexistente) justificativa da excecionalidade, e apesar de não pretendermos pôr em causa a veracidade das informações que nos são transmitidas, isto é, que tenha efetivamente havido aconselhamento jurídico por esta sociedade de advogados ao Júri do Concurso, a verdade é que não nos parece justificável, então, o recurso a uma outra sociedade de advogados diversas da que se encontra já contratada para a prestação destes serviços. O que está em causa não é portanto a razão que motiva a contratação desta sociedade para o acompanhamento judicial do processo – a circunstância de o ter acompanhado antes – mas antes essa mesma circunstância, de o ter feito, num período já coberto, designadamente em termos substantivos, pela relação de avença vigente. Por essa razão optam os vereadores do PSD pela **abstenção** neste ponto." -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da contratação de serviços de



assistência jurídica à Sociedade de Advogados “Coelho e Ribeiro Associados” pela especificidade da matéria em controverso, que exige uma prática jurídica particular que exemplos anteriores aconselhavam a ser prosseguida. Embora a Câmara Municipal tenha contratualizado uma relação de avença para prestação de serviços jurídicos com caráter permanente com outra Sociedade de Advogados, consideramos que, em exemplos específicos, pode ser conveniente a recorrência a outros apoios, mormente no que se refere à aplicação do Código de Contratos Públicos, como sucede na questão em apreço.” -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – ASSISTÊNCIA JURÍDICA – EMPREITADA DE REPAVIMENTAÇÃO DA EM 583 – 2.ª FASE E EXECUÇÃO DE REDE DE SANEAMENTO” E EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DA PRAÇA E BENEFICIAÇÃO DA VARIANTE DE CALDAS DAS TAIPAS –

Presente a seguinte informação: “**1. Objeto:** Aquisição de serviços de consultadoria jurídica para representação judicial do Município de Guimarães, no âmbito do proc. n.º 1974/12.4BEBRG, cujo Autora a empresa ALBERTO COUTO ALVES,S.A., e que se encontra a correr termos na 1.ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, relativo à **EMPREITADA DE “REPAVIMENTAÇÃO DA E.M 583-2ªFASE E EXECUÇÃO DE REDE DE SANEAMENTO” E EMPREITADA DE “REMODELAÇÃO DA PRAÇA E BENEFICIAÇÃO DA VARIANTE DE CALDAS DAS TAIPAS”** **2. Considerandos:** O Município de Guimarães foi demandado no processo supra- identificado, processo no qual é necessário representar o Município através do patrocínio jurídico de um advogado. Esta ação judicial vem na sequência do indeferimento das reclamações apresentadas pela empresa ALBERTO COUTO ALVES, S.A, no ano de 2010, no âmbito da

execução das empreitadas acima identificadas. Tais reclamações foram apreciadas pelo Departamento de Obras Municipais, tendo sido solicitado aconselhamento jurídico à Sociedade de Advogados "Coelho e Ribeiro Associados", concluindo-se pelo indeferimento das mesmas por se considerar não assistir razão ao reclamante, em conformidade com os antecedentes, documentos e troca de correspondência constantes dos respectivos processos. Face a estes antecedentes e à obrigatoriedade de constituição de advogado, e tendo em conta o prazo para apresentar a respetiva contestação, foi necessário contactar com urgência um advogado, tendo sido entendido que a Sociedade de Advogados "COELHO RIBEIRO E ASSOCIADOS-SOCIEDADE CIVIL DE ADVOGADOS, R.L." seria indicada para representar o Município neste processo, tendo em conta a manifesta urgência verificada, considerando os prazos de dedução de oposição e de contestação. Não foi consultado o Departamento de Recursos Humanos, tendo em conta que nenhum técnico jurista que ocupa posto de trabalho no mapa de pessoal pode exercer Advocacia. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo n.ºs 4 e 10 do art.º 75.º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro (LOE 2013), a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a assessoria jurídica para representação judicial do Município de Guimarães, no âmbito do proc. n.º 1974/12.4BEBRG, cuja Autora é a empresa ALBERTO COUTO ALVES, S.A., e que se encontra a correr termos na 1.ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, relativo à **EMPREITADA DE "REPAVIMENTAÇÃO DA E.M 583 - 2.ª FASE**



E EXECUÇÃO DE REDE DE SANEAMENTO” E EMPREITADA DE “REMODELAÇÃO DA PRAÇA E BENEFICIAÇÃO DA VARIANTE DE CALDAS DAS TAIPAS”;

b) A despesa estima-se em 5.000,00€, à qual acrescerá IVA à taxa legalmente em vigor; c) Esta despesa encontra-se cativada previamente, conforme documento da Divisão de Contabilidade, em anexo; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Direto, ao abrigo da alínea e), do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos, contratando-se, para o efeito, a Sociedade de Advogados “COELHO RIBEIRO E ASSOCIADOS-SOCIEDADE CIVIL DE ADVOGADOS, R.L.”, tendo em conta a manifesta urgência verificada, considerando o prazo de dedução de contestação; e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que será aplicada a redução remuneratória de 10%, prevista no 27º da LOE 2013, por remissão do art.º 75.º do mesmo diploma legal, o que implicará uma redução máxima no valor de 500,00€, e uma despesa final máxima de 4.500,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.**

Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Na reunião de 27.10.2011 veio a reunião de Câmara uma proposta, que veio a ser aprovada por unanimidade, para a celebração de uma relação de avença para prestação de serviços jurídicos ao Município de Guimarães, pela sociedade vimaranense GAMA LOBO XAVIER, LUÍS TEIXEIRA E MELO – SOCIEDADE DE

ADVOGADOS, R.L. Sociedade de advogados que aliás vem mantendo o acompanhamento dos assuntos jurídicos do Município, já de há vários anos a esta parte. Os vereadores do PSD têm votado sucessivamente contra pagamentos de serviços pontuais prestados por outros advogados e/ou sociedades de advogados conquanto o contrato de avença em vigor cubra o âmbito de representação assegurado por esse serviço pontual. E sobretudo, por nada nos ser apresentado, nos diversos textos das diversas deliberações que aqui temos votado, que fundamente a excecionalidade das propostas de deliberação, que apresente as razões de natureza excecional que pudessem justificar ou ter justificado esta contratação fora do âmbito da relação de avença instituída. Ora, isso não é o que sucede neste ponto. Uma vez que nos "considerandos" se diz que *"Esta ação judicial vem na sequência do indeferimento das reclamações apresentadas pela empresa ALBERTO COUTO ALVES, S.A, no ano de 2010, no âmbito da execução das empreitadas acima identificadas. Tais reclamações foram apreciadas pelo Departamento de Obras Municipais, tendo sido solicitado aconselhamento jurídico à Sociedade de Advogados "Coelho e Ribeiro Associados", concluindo-se pelo indeferimento das mesmas por se considerar não assistir razão ao reclamante, em conformidade com os antecedentes, documentos e troca de correspondência constantes dos respectivos processos"*. No entanto, apesar da fundamentação (até aqui inexistente) justificativa da excecionalidade, e apesar de não pretendermos pôr em causa a veracidade das informações que nos são transmitidas, isto é, que tenha efetivamente havido aconselhamento jurídico por esta sociedade de advogados ao Júri do Concurso, a verdade é que não nos parece justificável, então, o recurso a uma outra sociedade de advogados diversas da que se



encontra já contratada para a prestação destes serviços. O que está em causa não é portanto a razão que motiva a contratação desta sociedade para o acompanhamento judicial do processo – a circunstância de o ter acompanhado antes – mas antes essa mesma circunstância, de o ter feito, num período já coberto, designadamente em termos substantivos, pela relação de avença vigente. Por essa razão optam os vereadores do PSD pela **abstenção** neste ponto.” -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da contratação de serviços de assistência jurídica à Sociedade de Advogados “Coelho e Ribeiro Associados” pela especificidade da matéria em controverso, que exige uma prática jurídica particular que exemplos anteriores aconselhavam a ser prosseguida. Embora a Câmara Municipal tenha contratualizado uma relação de avença para prestação de serviços jurídicos com carácter permanente com outra Sociedade de Advogados, consideramos que, em exemplos específicos, pode ser conveniente a recorrência a outros apoios, mormente no que se refere à aplicação do Código de Contratos Públicos, como sucede na questão em apreço.” -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – FORNECIMENTO E MONTAGEM DE MICROGERAÇÃO COM POTÊNCIA DE 3,68 KW E SISTEMA SOLAR TÉRMICO – ALTERAÇÃO DO CONTRATO – Presente a seguinte informação: “Na sequência do Programa “Renováveis na Hora”, promovido pelo Governo, a Câmara Municipal de Guimarães registou com sucesso, no ano de 2009, junto da EDP, seis unidades de microprodução de energia a aplicar nas seis escolas de ensino básico/jardim de infância,

identificadas em epígrafe, propriedade do Município de Guimarães, de forma a obter a autorização necessária para produzir e fornecer/vender energia elétrica à EDP, na qualidade de microprodutor. Para beneficiar desta possibilidade de produzir energia elétrica através da luz solar, e com isso auferir receitas adicionais e reduzir os consumos relativos ao aquecimento de águas, era necessário proceder à instalação e montagem dos sistemas solares fotovoltaicos e térmicos naquelas escolas, pelo que a Câmara Municipal de Guimarães deliberou em reunião de 10 de setembro de 2009, utilizar a medida excecional de contratação pública prevista no Decreto-Lei nº 34/2009, de 6 de fevereiro, propondo a adoção de um ajuste direto para a contratação do fornecimento e montagem de microgeração com potência de 3,68 KW e sistema solar térmico, a instalar nas seis escolas. Por deliberação da Câmara Municipal, datada de 06 de maio de 2010, foi adjudicada à sociedade "I-SETE - INOVAÇÃO, SOLUÇÕES ECONÓMICAS E TECNOLOGIAS ECOLÓGICAS, LDA.", na sequência de um procedimento de ajuste direto, com o registo interno nº 111/09, o "FORNECIMENTO E MONTAGEM DE MICROGERAÇÃO COM POTÊNCIA DE 3,68KW E SISTEMA SOLAR TÉRMICO", em seis escolas do ensino básico do concelho de Guimarães, de acordo com a proposta apresentada e caderno de encargos constantes daquele procedimento. Em 4 de junho de 2010, é celebrado o respetivo contrato entre o Município de Guimarães e a sociedade "I-SETE - INOVAÇÃO, SOLUÇÕES ECONÓMICAS E TECNOLOGIAS ECOLÓGICAS, LDA.", em conformidade com a minuta aprovada pela deliberação acima mencionada. Tal contrato previa que, pelo fornecimento do seu objeto, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a "I-SETE - INOVAÇÃO, SOLUÇÕES ECONÓMICAS E TECNOLOGIAS



ECOLÓGICAS, LDA.” receberia o valor total correspondente à venda da energia à Rede Elétrica de Serviço Público e entregaria 10% desse valor ao Município de Guimarães, em conformidade com a cláusula 10º do Caderno de Encargos. Ora, verifica-se que, desde o início do funcionamento dos equipamentos, o Município de Guimarães tem recebido da EDP a totalidade do valor da venda da energia produzida pelas 6 unidades de microprodução, pelo facto de tais unidades estarem instaladas em edifícios da sua propriedade. Pelo exposto, e uma vez que não é possível cumprir o inicialmente estipulado, propõe-se que a Câmara Municipal aprove a alteração do respetivo contrato, cuja minuta se anexa, de forma a legitimar o Município de Guimarães a receber a totalidade do valor correspondente à venda da energia à Rede Elétrica de Serviço Público, e proceder à entrega de 90% desse valor à “I-SETE – INOVAÇÃO, SOLUÇÕES ECONÓMICAS E TECNOLOGIAS ECOLÓGICAS, LDA.”. Esta proposta de alteração contratual foi já analisada com a “I-SETE – INOVAÇÃO, SOLUÇÕES ECONÓMICAS E TECNOLOGIAS ECOLÓGICAS, LDA.” que manifestou a sua concordância.” A minuta do contrato adicional dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO DE PEDIDO DE PARECER PRÉVIO RELATIVO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA JURÍDICA

– Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal, em sua reunião de 9 de dezembro de 2011, deliberou aprovar parecer prévio destinado à prestação de serviços de consultadoria jurídica para aplicação do Código dos Contratos Públicos, nos termos e fundamentos constantes da respetiva proposta que aqui se dá por reproduzida. Acontece, porém, que se

entendeu, ao tempo, qualificar o contrato como uma prestação de serviços, por se ter considerado que o serviço a prestar seria contínuo, no âmbito dos processos de empreitadas de obras públicas. Ora, aquilo que se pretendeu, e de facto se verificou, foi a emissão de pareceres jurídicos específicos no âmbito das empreitadas constantes do programa da CEC 2012, cuja lista se anexa. Neste contexto, é hoje entendido que tais serviços não configuram uma prestação de serviços nos termos do art.º 35º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR), mas sim uma aquisição de serviços, nos termos do art.º 450º do Código dos Contratos Públicos. Deste modo, importa retificar aquela deliberação unicamente quanto ao objeto do contrato a celebrar, que é então a aquisição de serviços de consultadoria jurídica através da emissão de pareceres jurídicos específicos no âmbito das empreitadas respeitantes constantes do programa da CEC 2012.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Na reunião de 07.12.2011 – a não 09.12.2011 como por lapso consta na proposta de retificação – o PSD votou contra o ponto que agora se vem retificar. **E votou contra, precisamente pelos motivos que agora justificam esta retificação!** De tal forma que, se tivesse havido clareza, vale dizer, competência, na elaboração da proposta então formulada e que então reprovamos, e teríamos inclusive aprovado a proposta então formulada. Porque se se tivesse então explicado, claramente, que a contratação em causa se prendia com a necessidade de pareceres para acompanhamento das obras e projetos no âmbito da CEC/2012, circunstância absolutamente excecional e temporalmente limitada, e teria havido razão que justificasse a contratação extra-avença que



então se propunha. E que então criticamos pela ausência de motivação credível e perceptível. Pela relevância, reproduzimos na íntegra a declaração então produzida pelos vereadores do PSD, constante da respetiva ata: *"Numa das últimas reuniões, veio a reunião de Câmara o pedido de parecer prévio para a celebração de uma relação de avença para prestação de serviços jurídicos ao Município de Guimarães, pela sociedade vimaranense GAMA LOBO XAVIER, LUÍS TEIXEIRA E MELO – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, R.L.. Sociedade de advogados que aliás vem mantendo o acompanhamento dos assuntos jurídicos do Município. Em Junho deste ano, votamos contra uma proposta mediante a qual se pretendia pagar € 4.050,00, para um serviço pontual, à sociedade lisboeta COELHO RIBEIRO E ASSOCIADOS – SOCIEDADE CIVIL DE ADVOGADOS, R.L. por considerarmos que o contrato de avença em vigor cobria perfeitamente o âmbito de representação assegurado por esse serviço pontual. Que dizer agora desta proposta de pedido de parecer prévio para pagamento de €35.100,00 ao Prof. Dr. António Catela Teixeira para "consultadoria jurídica na aplicação do Código dos Contratos Públicos no DOM, nomeadamente aconselhamento por contacto telefónico, via e-mail, e emissão de pareceres jurídicos"?? Quando ainda há poucos dias aprovamos uma prestação de serviços com uma sociedade de advogados vimaranense, na modalidade de avença, com a sociedade GAMA LOBO XAVIER, LUÍS TEIXEIRA E MELO – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, R.L., em cujos serviços se incluía a "representação judicial e extrajudicial em procedimentos e processos relativos ao direito administrativo, ao direito civil e à contratação pública" A Câmara pretende ter uma sociedade avençada, ou duas? É que os valores pagos a esta sociedade, para "aconselhamento telefónico e via e-mail" são cerca de 2/3 do que*

*vem sendo pago à sociedade com a qual tem o Município uma relação de avença! Isto é, tem o Município uma avença com uma sociedade de advogados, que cobre todas as áreas do direito, designadamente o direito administrativo e a contratação pública, e vai celebrar um contrato, pelo qual paga praticamente 2/3 do que paga aos avençados, que apenas cobre consultadoria telefónica e via e-mail no âmbito do Código dos Contratos Públicos? Quando a contratação pública está incluída no âmbito da representação da avença? Como se justifica isto? Isto não tem qualquer justificação. Ou a ser admitida esta assessoria paralela à relação de avença, estaremos a viabilizar assessorias jurídicas em qualquer área do direito, uma no âmbito do Código das Expropriações, outra no âmbito da Lei Laboral da Função Pública, enfim, uma assessoria para cada diploma jurídico. Mas o que é mais grave, é tratar-se de áreas já cobertas pela relação de avença que o Município nos propôs! Isso é que fica difícil de compreender...Será que consideram a sociedade vimaranense que tem a relação de avença com a Câmara não tem os conhecimentos e formação especializados e experiência em Advocacia, na área da contratação pública? Se assim é, então porque fizeram estender o âmbito da avença para as áreas do direito administrativo e da contratação pública? Porque considerarmos absolutamente injustificado o pagamentos destes €35.100,00, por se tratar de uma área em que já existe cobertura mediante uma relação de avença em vigor, de que ainda nos foi proposta renovação, não pactuamos com este desperdício de dinheiro público pelo que votaremos **contra** esta proposta." Atento o exposto e em absoluta coerência com o sentido de voto então formulado, os vereadores do PSD votam **a favor** da presente proposta." -----*

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE



SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – MEDICINA NO TRABALHO – AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA COMPROMISSO PLURIANUAL – Presente a seguinte

informação: “1. Objecto: Garantia da prestação de serviços de “Medicina do Trabalho”. 2. Considerandos: A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializados, devidamente certificados, em Medicina do Trabalho. Não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual mapa de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: 3.1. Submete-se à autorização da Câmara Municipal, ao abrigo dos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2013 – LOE2013), a celebração do contrato de prestação de serviços referido, considerando os seguintes elementos: O objecto do contrato é a prestação de serviços de Medicina do Trabalho, de acordo com as competências e funções definidas no regime e regulamento aprovados pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, designadamente no artigo 222.º do Regime e nos artigos 161.º a 166.º do Regulamento. a) A despesa anual estima-se em € 43.200,00, isento de IVA, de acordo com o n.º 2 do artigo 9.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado; b) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 02.02.22 correspondente ao ano de 2013; c) O procedimento a adoptar para a formação do contrato deve ser o Concurso Público, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; d) Finalmente,

informa-se que será aplicada a redução remuneratória prevista nos artigos 27.º e 75.º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro, considerando que ao valor total para o triénio, de € 144.000, foi aplicada a taxa de redução de 10%. 3.2. Conforme determinado no artigo 6.º, n.º 1, al. c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, mais se propõe seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal a autorização para assunção de compromisso plurianual respeitante à presente aquisição de serviços, cujo valor total, de €129.600,00, terá a seguinte correspondência de valores/ano: ----

Período de prestação de serviços	Valor
01-11-2013 a 31-12-2013	€ 7.200,00
01-01-2014 a 31-12-2014	€ 43.200,00
01-01-2015 a 31-12-2015	€ 43.200,00
01-01-2016 a 31-10-2016	€ 36.000,00

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PATRIMÓNIO – COMODATO – CENTRO AVANÇADO DE FORMAÇÃO PÓS GRADUADA – UNIVERSIDADE DO MINHO –

Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "A Câmara Municipal de Guimarães tem pautado a sua política urbana pela permanente valorização do património arquitetónico e urbanístico e de reabilitação urbana, num quadro de reforço das condições económicas, sociais e culturais e da afirmação da cidade no contexto regional, nacional e internacional. O Centro Avançado de Formação Pós Graduada (CAFPG) insere-se no projeto CAMPURBIS – Parceria para a Regeneração Urbana de Couros que sinaliza uma nova estratégia de concertação e cooperação entre a Câmara Municipal de Guimarães e outras instituições, de que se destaca a Universidade do Minho. Por outro lado o CAFPG enquadra-se numa política de inovação do ensino



pós graduado da engenharia em Portugal em que a Escola de Engenharia da Universidade do Minho se tem vindo a empenhar, e que contempla modelos organizativos e espaços de ensino e investigação que favorecem a implantação de uma estrutura de reconhecida qualidade na formação avançada em engenharia, numa área geográfica caracterizada pela juventude e dinamismo da sua população. Com o projeto CAMPURBIS pretende-se, principalmente dar corpo a uma estratégia partilhada de duas instituições, a Câmara Municipal de Guimarães e a Universidade do Minho, que surgem como os agentes impulsionadores, primeiros participantes e depois instituições catalisadoras de outros investimentos, na medida das suas respetivas capacidades e motivações. Esta estratégia tem em vista o incremento da competitividade e afirmação nacional e internacional da cidade de Guimarães, a partir da intervenção numa área restrita mas que se pretende transformar num paradigma de intervenção urbana. Neste contexto e atendendo a que desde o dia 1 de outubro de 2012 o CAFPG se encontra em funcionamento no prédio propriedade do Município, sito na rua de Vila Flor, da freguesia de S. Sebastião, torna-se necessário formalizar as condições de utilização daquele espaço por parte da Universidade do Minho. Assim, submete-se à consideração superior a celebração de um contrato de comodato, tendo como objeto a cedência da utilização do imóvel situado na rua de Vila Flor, da freguesia de S. Sebastião, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 335/20020910 e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 870, por parte da Universidade do Minho, destinado ao funcionamento do Centro Avançado de Formação Pós Graduada. Em caso de concordância, deverá ser submetida a deliberação camarária, ao abrigo da alínea b), do nº 4 do artigo

64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro, a cedência do imóvel acima identificado, à Universidade do Minho, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes, tendo tal minuta obtido concordância por parte da Universidade do Minho. À consideração superior.” A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO – COMODATO – ASSOCIAÇÃO DE COMANDOS – CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES PARA SEDE SOCIAL - Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Associação de Comandos de Guimarães é uma instituição que reúne vimaranenses que prestaram serviço militar na África colonial nos anos 60 e 70 do século passado, na especialidade de comandos, em missão que fortemente os envolveu e lhes criou um forte espírito de solidariedade e companheirismo. Foram esses sentimentos que os levaram a constituir uma associação de convívio e de preservação da memória da guerra que marcou uma parte significativa da população portuguesa e vimaranense. Esta Associação esteve instalada no antigo edifício escolar EB1 de Infantas, por cedência da Câmara Municipal, encontrando-se no presente sedeadada num edifício particular com precárias condições de utilização, cedido por um dos seus membros, dado a antiga escola ter sido disponibilizada ao Grupo Folclórico de Infantas. Considerando a importância que tem para os seus membros e para a memória de um momento marcante da História de Portugal as atividades desta Associação, proponho ao abrigo da alínea b), nº4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e



republicada pela Lei nº5 – A/2002, de 11 de Janeiro, a cedência à Associação dos Comandos de Guimarães por um período de um ano, renovável por iguais períodos, do edifício sito na Rua da Maina, nº 467, da freguesia de Urgezes, deste concelho, propriedade do Município, descrito na 2ª Conservatória de Registo Predial de Guimarães sob o nº 1771 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 897º, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de todas as partes.” A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PATRIMÓNIO – COMODATO – CEDÊNCIA DE DO EDIFÍCIO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DO BAIRRO (URGEZES) À ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE URHEZES (ASCU) E AO AGRUPAMENTO DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS (CNE) DA FREGUESIA - Presente a seguinte informação da

Divisão de Património Municipal: “Com a construção do Centro Escolar de Urgezes, a antiga Escola EB1 nº16 do Bairro (Urgezes) ficou sem utilização e devolutas as suas instalações. Consultado o Agrupamento de Escolas Gil Vicente, onde se integrava a referida Escola, este não mostrou interesse na sua utilização. A Associação Social e Cultural de Urgezes (ASCU), que funciona provisoriamente nas atuais instalações da Junta de Freguesia, manifestou o seu interesse nessas instalações, a fim de instalar o Centro de Convívio que tem em funcionamento, e poder concretizar um projeto de criação de um Centro de Dia e um Serviço de Apoio Domiciliário, valências com as quais pretende protocolar um acordo de cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social. A Junta de Freguesia de Urgezes manifestou o seu apoio à

utilização dessas instalações para fins sociais, particularmente em atividades dedicadas à 3ª idade, como sucede com a cedência à ASCU, considerando igualmente importante a instalação do Agrupamento de Escuteiros da freguesia que desenvolve uma atividade mobilizadora de muitos jovens. Considerando que o edifício da referida Escola dispõe de dois pisos, o que possibilita a sua ocupação por duas instituições, proponho, ao abrigo da alínea b), nº4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a cedência à Associação Social e Cultural de Urgezes e ao Agrupamento do Corpo Nacional de Escutas nº 322 da freguesia de Urgezes, por um período de um ano, renovável por iguais períodos, do antigo edifício escolar do Bairro, freguesia de Urgezes, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 1400/20050721 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1895º, sendo o rés-do-chão atribuído à primeira das entidades indicadas e o 1º andar à segunda dessas entidades, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de todas as partes.” A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DOAÇÕES – DOAÇÃO DE BANCOS DE JARDIM – CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DO CARMO – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “O Centro Social Nossa Senhora do Carmo, com sede na rua D. João I nº 120, desta cidade, solicitou, através de ofício datado de 10/10/2011, a oferta de 2 ou 3 bancos de jardim que foram retirados dos jardins públicos do Toural e da Alameda, aquando das obras de



requalificação daqueles espaços. De acordo com informação prestada pelo Departamento de Obras Municipais poderão ser disponibilizados 3 bancos de jardim. Assim, caso o Município pretenda proceder à sua doação, deverá submeter-se à Câmara Municipal, nos termos da alínea b), n.º 4, do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a doação ao Centro Social Nossa Senhora do Carmo do equipamento abaixo especificado, tendo sido atribuído o valor total de €450,00. -----

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3 Bancos de jardim estrutura em ferro e madeira.	€150,00	€450,00
Total		€450,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DOAÇÕES – DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO – FREGUESIA DE GOMINHÃES - Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "A Junta de Freguesia de Gominhães pretende criar um centro de convívio na antiga escola primária, ao abrigo do contrato de comodato celebrado com o Município, solicitando para o efeito a cedência de algum mobiliário de apoio. Atendendo a que existe no armazém da Divisão de Património Municipal algum equipamento que poderá ser disponibilizado e, caso o Município pretenda proceder à sua doação, deverá a Câmara Municipal, nos termos da alínea b), nº 6, do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 55-A/2002, de 11 de janeiro, aprovar a doação à freguesia de Gominhães do equipamento abaixo indicado, ao qual foi atribuído o valor total de €180,00. -----

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1 Sofá de 3 lugares revestido a couro	€60,00	€60,00
4 Cadeiras (senhorinhas) revestidas a tecido	€30,00	€120,00
Total		€180,00

À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

DOAÇÕES – DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO – COOPERATIVA

FRATERNA - Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, através do seu ofício nº 46/13 vem solicitar a cedência de diversos utensílios de cozinha, que se encontravam no armazém da Divisão de Ação Social (DAS), para os reaproveitar nas suas instalações. De acordo com informação prestada pelo Serviço de Educação, não há qualquer inconveniente no deferimento da pretensão daquela instituição, uma vez que os utensílios pretendidos não poderão ser utilizados nos refeitórios escolares, por não cumprirem os normativos aplicáveis às zonas de restauração coletiva em matéria de higiene e segurança alimentar. Assim, caso o Município pretenda proceder à sua doação, deverá submeter-se à Câmara Municipal, nos termos da alínea b), n.º 4, do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a doação à Fraterna do equipamento abaixo especificado, tendo sido atribuído o valor total de €179,30. -----

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1 Fervedor de 2 litros	€3,00	€3,00
1 Batedeira elétrica	€10,00	€10,00
4 Panelas nºs 18/20/22/24	€6,00	€24,00
1 Raspador	€1,00	€1,00
1 Vara (batedora de ovos)	€1,00	€1,00
1 Forma de bolo	€3,00	€3,00
1 Forma de tarte	€3,00	€3,00
1 Forma de tarte com fundo amovível	€3,00	€3,00
1 Forma de bolo c/chaminé	€3,00	€3,00
1 Forma de pudim	€3,00	€3,00



DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2 Travessas em inox redondas	€2,00	€4,00
2 Travessas em inox ovais	€2,00	€4,00
2 Medidores em inox	€2,00	€4,00
1 Medidor em plástico	€0,50	€0,50
1 Forma de pão	€0,50	€0,50
2 Sertãs	€4,00	€8,00
1 Prato de barro	€1,00	€1,00
1 Quebra-noz	€1,00	€1,00
1 Abre-latas	€1,00	€1,00
1 Canelador	€1,00	€1,00
1 Tenaz	€1,00	€1,00
1 Tesoura de peixe	€1,00	€1,00
1 Escumadeira	€1,00	€1,00
1 Coador	€0,50	€0,50
2 Caixas herméticas	€1,00	€2,00
1 Tigela	€1,00	€1,00
4 Toucas de pano	€0,50	€2,00
5 Taças de gelado	€1,00	€5,00
1 Picadora elétrica	€10,00	€10,00
1 Varinha mágica	€10,00	€10,00
1 Conjunto de formas corte pequeno	€1,00	€1,00
1 Caneleira	€1,00	€1,00
14 Pratos	€1,00	€14,00
1 Saladeira	€1,00	€1,00
1 Malga	€1,00	€1,00
1 Forno elétrico 20 litros	€20,00	€20,00
1 Balança 10 Kgs	€2,00	€2,00
1 Cepo com 3 facas	€2,00	€2,00
2 Cuvetes de gelo com gaveta	€0.50	€1,00
6 Bacias em plástico	€0,50	€3,00
1 Forma tarte com 4 fundos	€3,00	€3,00

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2 Tarteiras em pirex	€4,00	€8,00
6 Talheres de cozinha com suporte	€0,30	€1,80
2 Tábuas de corte	€1,00	€2,00
3 Tabuleiros em inox	€2,00	€6,00
TOTAL		€179,30

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta. -----

RECURSOS HUMANOS – CONCURSOS PARA CARGOS DIRIGENTES – DESIGNAÇÃO DE MEMBROS DE JÚRI –

Presente a seguinte proposta: “Por deliberações da Assembleia Municipal de 26 de novembro de 2012 e da Câmara Municipal de 20 de dezembro do mesmo ano, foi aprovada a nova estrutura orgânica dos serviços do município, em adequação às regras previstas na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que entrou em vigor em 1 de janeiro do corrente ano. Tem-se evidenciado desde então a necessidade de uma chefia intermédia que organize e dirija os trabalhos, recursos humanos e materiais concretamente afetos à Divisão de Administração Direta, na dependência do Departamento de Obras Municipais, e que assegure a necessária coordenação com os encarregados responsáveis pelas diversas áreas de atuação, assumindo também a orientação, controlo e avaliação do desempenho e da eficiência dos serviços. Com estes fundamentos, encontra-se assegurado o exercício deste cargo, em regime de substituição, desde 1 de abril, designação esta que apenas se pode manter pelo prazo de 90 dias, salvo se entretanto estiver em curso procedimento para a designação de novo titular. Sendo essencial proceder à abertura do correspondente procedimento concursal, propõe-se que, ao abrigo do disposto no artigo 13.º da referida Lei n.º 49/2012, seja submetida a



aprovação da Assembleia Municipal a designação, como júri do concurso para o cargo de chefe da Divisão de Administração Direta: Presidente: Dr. José Augusto Ferreira Araújo, Vereador de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Guimarães; Vogais efetivos: Professora Maria José Silva Fernandes e Professor Paulo Jorge Sousa Cruz, ambos docentes no ensino superior. Vogais suplentes: Dr. Bruno Emanuel Gomes Mesquita Carvalho, adjunto na Câmara Municipal de Guimarães e Eng.º Joaquim Josias Silva Almeida Antunes Carvalho, diretor do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Guimarães.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. O Vereador José Augusto Araújo não participou na discussão e na votação da proposta.**-----

ENTIDADES PARTICIPADAS – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO EM LIQUIDAÇÃO – RELATÓRIO E CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES EM LIQUIDAÇÃO RESPEITANTE AO ANO DE 2012 – Presente, para ulterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, a proposta respeitante ao RELATÓRIO E CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES, EM LIQUIDAÇÃO – ANO DE 2012, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

AÇÃO SOCIAL – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO NO MÊS DE MARÇO –

Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Ação

Social: "Por deliberação de 20 de dezembro de 2012 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa." O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

CULTURA – SOCIEDADE MARTINS SARMENTO – SUBSÍDIO –

Presente a seguinte proposta da Vereadora Francisca Abreu: "Com o intuito de apoiar as relevantes atividades promovidas pela Sociedade Martins Sarmento, deliberou a Câmara Municipal, em 29 de julho de 1999, atribuir àquela instituição cultural um subsídio anual de 10.000.000\$00. Posteriormente, com a criação do euro, foi aquele montante convertido em €49.879,80. Ora a Lei nº 8/2012 (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) dispõe, no seu artigo 6º, que a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal, o que inviabiliza a manutenção deste subsídio nos termos em que foi aprovado em 1999. Assim, atendendo a que se mantêm válidos os pressupostos que fundamentaram a referida deliberação de 1999, proponho, ao abrigo do nº 6 do Art. 2º do Regulamento nº 606/2010 a atribuição à Sociedade Martins Sarmento, para o ano de 2013, de um subsídio de €49.879,80 (quarenta e nove mil, oitocentos e setenta e nove euros e oitenta cêntimos)." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador José Torcato Ribeiro não participou na discussão e na votação da proposta. -----**



DIVERSOS – REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 1 – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da informação da Divisão de Recursos Humanos, torna-se necessário proceder a uma revisão orçamental nos seguintes termos: RUBRICA ORÇAMENTAL DE RECEITA - Inscrição no orçamento da rubrica orçamental com a classificação **16.01.01** designada por **Saldo da gerência anterior**, no valor de €845.686,24; - RUBRICA ORÇAMENTAL DE DESPESA - Reforço no valor total de €773.881,02 das seguintes rubricas orçamentais: -----

Titulares de Órgãos de Soberania e membros de órgãos autárquicos	0103-010101	€17.309,28
Subsídio férias outra situação	0103-01011402	€24.977,79
CGA	0103-0103050201	€3.444,75
CRSS	0103-0103050202	€5.952,54
Subsídio férias Quadro	02-01011401	€48.063,97
CGA	02- 0103050201	€8.427,35
CRSS	02-0103050202	€1.407,72
Subsídio férias Quadro	03-01011401	€60.717,96
CGA	03-0103050201	€9.972,74
CRSS	03-0103050202	€2.526,45
Subsídio férias Quadro	04-01011401	€81.643,04
CGA	04-0103050201	€9.972,74
CRSS	04-0103050202	€2.534,88
Subsídio férias Quadro	05-01011401	€85.750,14
CGA	05-0103050201	€16.583,62
CRSS	05-0103050202	€594,83
Subsídio férias Quadro	06-01011401	€48.870,90
CGA	06-0103050201	€8.213,08
CRSS	06-0103050202	€1.779,55
Subsídio férias Quadro	07-01011401	€144.283,95
Subsídio férias outra situação	07-01011402	€374,25
CGA	07-0103050201	€25.598,24
CRSS	07-0103050202	€3.792,47
Subsídio férias Quadro	08-01011401	€25.010,58
CGA	08-0103050201	€4.209,14
CRSS	08-0103050202	€867,41
Subsídio férias Quadro	09-01011401	€12.515,26
CGA	09-0103050201	€1.605,24
CRSS	09-0103050202	€1.056,26
Subsídio férias Quadro	10-01011401	€15.275,25
Subsídio férias outra situação	10-01011402	€3.784,66
CGA	10-0103050201	€3.055,05

CRSS	10-0103050202	€898,86
Subsídio férias Quadro	11-01011401	€53.046,52
Subsídio férias outra situação	11-01011402	€2.715,14
CGA	11-0103050201	€9.334,95
CRSS	11-0103050202	€2.024,90
Subsídio férias Quadro	12-01011401	€21.381,61
CGA	12-0103050201	€3.658,84

E, ao reforço da rubrica orçamental 02-020201 encargos de instalações, no valor de €71.805,22. A aprovação desta revisão é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 2 do art.º 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES RESPEITANTE AO ANO DE 2012 – Presente, para ulterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, a proposta respeitante ao **RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – ANO DE 2012**, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e José Torcato Ribeiro.-----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “O documento sobre o qual nos somos chamados a pronunciar representa o resultado da concretização parcial do Plano de Atividades projetado para o ano 2012. Ano de singular importância uma vez que se tratou do ano em que Guimarães foi Capital Europeia da Cultura, podendo neste relatório ver-se espelhados os principais investimentos no âmbito do projeto «Guimarães –



Capital Europeia da Cultura». Cumpre desde já anunciar que iremos optar pela **abstenção** quanto a este Relatório e Contas, em absoluta coerência política com aquela que foi a posição tomada aquando do Plano e Orçamento de que este Relatório é o resultado fáctico. E aderindo aos mesmos motivos. Porque a CEC/2012 representa parte substancial deste Relatório, que se trata de uma mera concretização financeira das opções que já antes foram discutidas e aprovadas. Sendo um documento marcadamente técnico, onde se evidenciam mapas de execução bem como instrumentos de análise contabilística e de gestão, importa, desde já e mais uma vez, lamentar profundamente o exíguo tempo que nos é concedido entre a entrega dos documentos e a reunião de hoje, apesar de se encontrar dentro do limite legal. Um documento desta complexidade técnica, com quase 300 páginas, não pode ser analisado com o detalhe que ele justifica em pouco mais de 48 horas! Em diversos municípios há a boa prática de fornecer documentos que contenham maior complexidade analítica, que requerem por isso uma maior dedicação temporal, bem acima do mínimo legal, por vez com uma semana de antecedência face às respetivas reuniões. Cremos que esta atitude que é reveladora de não se querer discutir este documento. E efetivamente, ele não pode ser devidamente analisado com o tempo que nos é dado para o fazer. Como sempre se diz na apreciação de relatórios e contas, se o Plano de Atividades é o documento por excelência onde se evidencia a estratégia da gestão municipal, o relatório de atividades e respetiva prestação de contas espelha o grau de concretização dessas expectativas. Este é um ponto determinante e que serve para avaliar a capacidade dos gestores em executar aquilo que orçamentam. Sendo 2012 um ano especial pelos motivos já

aludidos, era espectável que a taxa de execução fosse também excecional. Aquilo que assistimos é que a receita foi executada apenas em 65,7% e a despesa em 66,5%. Taxas estas que demonstram um desvio considerável face ao orçamentado. Estamos concretamente a falar de um **desvio orçamental da ordem dos € 47 milhões**. Previu-se receber e gastar € 139,5 milhões, receberam-se a gastaram-se apenas € 92,6 milhões. Estamos a falar concretamente de um **Orçamento executado em apenas 2/3 daquilo que o próprio projetou**, o que não pode deixar de ser censurado, mesmo sabendo-se que a contabilidade de um Município não é a contabilidade de uma empresa, a verdade é que caminhamos para tempos de um maior rigor e disciplina orçamental, e aquilo que se vê é o sentido inverso, uma vez que a taxa de execução ainda conseguiu descer, em 2012, face ao que se havia executado em 2011. E não pode deixar de ser censurado ainda, quando vemos outras Câmaras do nosso distrito e equivalente dimensão, como Braga (PS) com uma taxa de execução de 73% e Famalicão (PSD) com uma taxa de execução de cerca de 90%. Conclui-se por isso que as expectativas geradas em torno desse Orçamento não são correspondidas por apresentarmos uma execução muito aquém da meta que a própria Câmara fixou para si própria. Mas interessa aqui registar uma curiosidade: No capítulo das receitas correntes, concretamente nas receitas provenientes de impostos, a previsão orçamental foi até insuficiente para a subida de receita que se verificou nos cofres da Câmara. De facto, as taxas de execução superam em quase todos os 100%, a única exceção é a do IMT, cuja descida acaba por fazer descer o restante. Ainda assim, a taxa de execução nas receitas correntes é assinalável, da ordem dos 92,2%. Do mesmo modo e como se nos impõe a



imparcialidade na análise que aqui fazemos, é importante deixar positivamente registado que se verificou uma redução de dívida da ordem dos 8,8%. Apesar de se manter uma dívida muito alta, das maiores do nosso distrito, o esforço de redução da dívida tem que ser assinalado. O mesmo se diga quanto à superação das receitas correntes, face às despesas correntes, embora, naturalmente, nos deixe preocupados, como temos repetido por diversas vezes, o peso nas despesas correntes que implicarão os investimentos realizados no âmbito da CEC/2012, isto porque, não é ainda mensurável o aumento de despesa corrente que estas acarretarão. Um outro dado que ressalta da análise do Relatório e Contas é o que revela que as freguesias são de facto o parente pobre do investimento municipal. Recebem, na sua totalidade, um volume de transferências correntes que é inferior ao que recebem as Instituições, inferior ao que recebe A Oficina, inferior ao que recebe a AMAVE, enfim, tudo demonstrativo de que a Câmara prefere despende naquilo que consegue controlar, e não gosta tanto de utilizar e reforçar competências as Juntas de Freguesia, usá-las como interlocutor privilegiado, escolhidas pelo povo para os representar.” -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor do relatório e contas da Câmara Municipal no ano de 2012, porque este exercício encerrou com resultados que transparecem pelo seu rigor e garantia de sustentabilidade futura das contas municipais, apesar da complexidade e exigência que teve a sua execução face ao desafio da concretização do programa da CEC 2012, elevando o investimento municipal para valores superiores aos orçamentos

anteriores e futuros. No final do programa da CEC 2012, o Município de Guimarães reduziu o seu endividamento, apesar de ter concretizado candidaturas apoiadas pelo QREN em setenta e dois milhões de euros, que exigiram um investimento com uma comparticipação municipal de dezassete milhões de euros. Guimarães ganhou notórias mais-valias urbanísticas que muito reforçaram a competitividade da cidade em Portugal e na Europa, e o Município manteve a sua sustentabilidade e deu ao País um exemplo de rigor na gestão financeira. Para tal contribuiu também o cuidado colocado nas condições de financiamento, negociadas com a banca há quatro anos, que permitiu a contratualização de um juro muito abaixo dos hoje correntes no mercado. O claro êxito do programa concretizado no ano de 2012 que incluiu, para além dos equipamentos e requalificações da CEC, uma grande aposta em centros escolares e em mais-valias rodoviárias, como o acesso e a nova Ponte entre Selho S. Cristóvão e Selho S. Jorge, não pode ser ofuscado pela afirmação dos Vereadores do PSD de que se verificou uma taxa de execução inferior à totalidade das propostas do orçamento. Como sempre defendemos, em anos anteriores e no ano de 2012 em análise, é uma opção política na elaboração dos orçamentos integrar neles todos os programas que podem vir a ser concretizados, muitos deles dependentes de candidaturas ainda não aprovadas pelas entidades participantes. Essa opção permite não perder qualquer apoio que venha a ser aprovado, embora todos os investimentos só avancem depois dessa aprovação e da garantia da receita que vai possibilitar a sua execução. É nossa convicção que o Município ganha com esta metodologia, apesar de posteriormente poder vir a ser acusada uma menor taxa de execução, porque assegura que nenhum programa fica sem concretização por não constar do



orçamento aprovado. É esta opção que explica que a execução de 2012 tenha atingido 71%. Mais uma vez, na discussão do exercício em análise, se referiram os Vereadores do PSD a uma menor transferência de verbas para a gestão direta das freguesias comparativamente com outros Municípios da região e com as cooperativas municipais. Importa deixar registado que a maioria do investimento municipal continua a ser realizada nas freguesias, o que voltou a suceder em 2012, embora naturalmente a incidência dos programas da CEC possa ter reduzido essa evidência. Mais, os referidos investimentos nas freguesias são sempre realizados com audição das autarquias dessas comunidades, e na esmagadora maioria deles por sua proposta. Beneficiam assim essas populações no nosso Município de um elevado investimento, e de forma alguma são postergadas. O que sucede é a não transferência direta de verbas para as Juntas de Freguesias, para além dos protocolos de cooperação que são sempre celebrados, porque é nosso entendimento que a aplicação de verbas vultuosas exige estudos técnicos e programação de investimentos numa maior escala, que naturalmente as autarquias das freguesias não possuem e que, caso lhes fosse concedido, só acentuaria uma dispersão de investimentos que não serviria as populações. As cooperativas municipais, pela sua agilização de procedimentos, executam com menores custos e maior celeridade as suas competências do que sucederia com serviços municipais. Em conclusão, nenhum argumento apresentado na discussão das contas de 2012 questionou com fundamento o exercício concretizado, de que muito nos orgulhamos por ter correspondido a um ano ímpar que ficará na História de Guimarães e da requalificação da cidade e de todo o Município.” -----

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS – MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

– **ANO DE 2012** – Presente, em anexo, o Relatório de Consolidação de Contas do Município de Guimarães, relativo ao ano de 2012, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e José Torcato Ribeiro.-----

MANUAL DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS – MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – Presente, para aprovação, o Manual de Consolidação de Contas do Município de Guimarães respeitante ao exercício de 2013, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e José Torcato Ribeiro.-----

Foi aceite, por unanimidade, votar a seguinte proposta: -----

VOTO DE LOUVOR – CENTRO DE ATIVIDADES RECREATIVAS TAIPENSE – Presente a seguinte proposta: “O CART (Centro de Atividades Recreativas Taipense) sagrou-se no passado Domingo, 7 de Abril, Campeão Nacional da III Divisão em Hóquei em Patins, alcançando o primeiro título nacional da sua história e ascendendo à II Divisão Nacional. O êxito alcançado premeia o trabalho de uma coletividade que congrega muitos jovens das Caldas das Taipas na prática desportiva, nomeadamente no Hóquei em Patins, modalidade com história na Vila taipense, iniciada nos anos 50 do século passado com o Hóquei Clube das Termas das Taipas. Associando-se ao título conquistado que representa mais um exemplo da real diversificação desportiva no espaço concelhio, proponho que a Câmara Municipal aprove um voto de louvor aos



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 8 Fls. _____
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 18 DE ABRIL DE 2013

seus atletas, técnicos e dirigentes.” **DELIBERADO APROVAR
POR UNANIMIDADE.** -----
**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE,
APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----
**PELAS DOZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR
ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE
LAVROU A PRESENTE ATA.** -----